

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012
GT 10 – Informação e Memória

DE ARQUIVOS PESSOAIS A PATRIMÔNIOS DOCUMENTAIS: ANÁLISE DOS
REGISTROS MEMÓRIA DO MUNDO DO BRASIL, DA UNESCO.

Modalidade de apresentação: Pôster

Renato Crivelli – UNESP
Maria Leandra Bizello – UNESP
renatocrivelli@yahoo.com.br

RESUMO

Podemos encontrar patrimônios históricos espalhados por todas as nações do globo, cada um à sua maneira, afirmando as memórias e a identidade coletivas nacionais de modo a trabalhar para a formação das nações. Apesar de ser o mais comum, os projetos arquitetônicos construídos não são os únicos exemplares possíveis de atender a esta função. Abordaremos neste trabalho a condição dos arquivos serem entendidos como patrimônios documentais, a partir da ação do Programa Memória do Mundo (MOW), da UNESCO, desenvolvido no Brasil. O país contava, até 2010, com 38 conjuntos nominados patrimônio documental nacional, dos quais, 12 são arquivos pessoais. Estudaremos como se justifica a inclusão dos arquivos pessoais ao grupo de bens que tem por função a representação da memória e da identidade nacionais. O objetivo deste trabalho é identificar a representatividade memorial dos arquivos pessoais e de que forma eles podem ser entendidos como um bem que representa a memória e a identidade nacionais. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos levantamento teórico sobre os temas patrimônio histórico, patrimônio documental e arquivos pessoais, para oferecer a base teórica necessária à análise realizada a partir dos 12 conjuntos documentais nominados pelo MOW no Brasil. Compreendemos, por fim, que o entendimento de um conjunto de documentos pessoais enquanto patrimônio da nação está relacionado às características do arquivo enquanto registro e fonte de informação histórica aliada à construção social da imagem do titular do acervo.

ABSTRACT

Is possible find historical heritage scattered throughout the nations of the globe, each in their own way, affirming the collective national memory and identity in order to work for the formation of nations. Despite being architectural projects built the most common, they are not the only examples possible to attend this function. Will discuss in this paper the archives condition being understood as documentary heritage, from the action of the Memory Of World Program (MOW), UNESCO, developed in Brazil. The country had, until 2010, 38 archives groups nominated national documentary heritage, of which 12 are personal files. We will study how to justify the inclusion of personal files among the assets whose functions are represent the national memory and identity. The objective of this study is to identify the memorial representation of the personal archives and how they can be understood as an asset that represents the national memory and identity. To develop this work we used theoretical survey about historical heritage, documentary heritage and personal files, to provide the theoretical basis needed for analysis from 12 archives groups nominated by MOW in Brazil. We conclude, finally, the understanding of personal archives as nation's heritage is related with the archives characteristics while record and historical information source combined with the social construction of the archive holder's image

1. Patrimônios Históricos

Usualmente conhecidos como atrações a serem observadas, os patrimônios históricos das civilizações se mostram como um fenômeno social particular em sua apresentação, em sua localização dentro da estrutura social e também quanto à sua funcionalidade dentro das sociedades. Suas formas de se apresentar estão comumente ligadas aos monumentos e monumentos históricos de arquiteturas específicas relacionadas a elementos do passado, o que os conecta com o conhecimento do senso comum, enquanto construções públicas e objetos antigos expostos ao público.

No entanto, um olhar acurado ao passado das civilizações nos mostra que a percepção que se tem dos patrimônios históricos passou por algumas mudanças ao longo dos tempos, de acordo com os pensamentos e as condições sociais da época. É aceito dizer que o nascimento do conceito de patrimônio está relacionado ao final do século XVIII, paralelo e relacionado à Revolução Francesa (FONSECA, 1997), por ser nesse momento que surgem as legislações de proteção ao patrimônio nacional.

Essa ação preservacionista deriva das ondas rebeldes que tomaram a Europa, em especial a França, que indicaram o entendimento destes bens enquanto essenciais para a criação dos emergentes conceitos de Nação e de nacionalismo, enquanto estruturas e pensamentos socialmente construídos (ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 1990).

Choay (2006) faz esse olhar ao passado e apresenta a presença da intenção patrimonial desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e pelos movimentos culturais do *Quattrocento* e do Renascimento, até o Iluminismo e a idade Moderna. Esse percurso nos mostra que a concepção que se tinha, bem como a forma de tratamento e apresentação destes bens, variou de acordo com a época, mas sempre relacionado a dois principais elementos, o histórico e o artístico, oscilando a prioridade de tempos em tempos.

Atualmente mantemos a concepção de patrimônio herdada dos períodos da Revolução e dos pensamentos iluministas, responsáveis por inflamar os valores históricos, sem descartar os valores artísticos. Este pensamento, ainda que herdado, sofre adaptações constantes às necessidades das sociedades contemporâneas, e é responsável por destacar outros potenciais valores dos patrimônios, como o identitário, o econômico, o cultural, etc.

Castriota (2010) nos diz que, atualmente, os patrimônios históricos passam por um momento de efervescência e a sociedade por uma “inflação patrimonial”¹, por considerar a dedicação voltada ao tratamento, preservação e divulgação destes. Essa situação é decorrente,

¹ Termo que compartilha de Choay (op cit).

diz o autor, do movimento de globalização, nunca tão forte nas sociedades mundiais, o que ocasiona uma perigosa aproximação entre as diferentes culturas, sob o risco de uma possível inibição de algumas culturas, ou mesmo a sobreposição entre culturas. Desta forma, os patrimônios históricos servem como um instrumento de afirmação histórica, cultural e identitária da sociedade a que pertencem, o que justifica sua efusiva preservação e apresentação às outras sociedades.

Quanto à sua formação, Gonçalves (1996; 2009) entende os patrimônios enquanto categoria de pensamento, estabelecidas a partir do ato de colecionamento de bens materiais provenientes da cultura de uma sociedade com o objetivo de demarcar territórios e domínios subjetivos frente à alteridade, bem como exercer uma atividade de autoconsciência cultural dentro do grupo. Deste modo, os patrimônios sustentam relações muito próximas com as noções de pertencimento, tanto do bem em si como também dos elementos subjetivos por ele representados, e de representação simbólica, estabelecida a partir de um trabalho de investidura de valores em forma de narrativas nacionais, que lhes darão o sustento simbólico dentro e fora da sociedade.

2. Patrimônios Documentais

Dentre as reconfigurações por que o conceito de patrimônio histórico passou ao longo das épocas, atualmente ele se apresenta em sua forma mais ampla, no que se refere à sua apresentação. Do arquitetônico ao ecológico; das cidades às danças e comidas; atualmente, tudo é um patrimônio histórico em potencial. Dentre estas apresentações, a que nos interessa diz respeito aos chamados patrimônios documentais.

Fraco em definições, o conceito de patrimônio documental ainda se mostra frágil frente às demais apresentações patrimoniais, o que deixa suas delimitações abertas e pouco claras.

Lage (2002) entende que o conceito de patrimônio documental ainda está em construção, e que seu desenvolvimento deve acontecer no âmbito da Ciência da Informação, por ser ela a responsável por pensar a respeito da documentação e da informação como objeto. A autora ainda entende que o conceito de patrimônio documental é um complexo composto por três elementos: Documento, Informação e Fonte Histórica. A autora entende que, a partir destes elementos, podem ser estipulados os limites básicos para determinar o que, dentre os documentos, cabe entre os patrimônios históricos. Vemos que a qualidade de fonte histórica é um elemento delimitador considerável, não bastando ser fonte de informação. Desta forma, ela compreende que este material pode ser tanto de origem arquivística quanto bibliográfica,

mas não se resume a isso, por considerar que a informação também está presente em outras manifestações patrimoniais, não dependendo exatamente do formato do suporte.

O que vale observar para que seja um patrimônio documental, diz Lage (op. Cit.), é a condição de preservação da memória e da identidade dos povos a partir de seus feitos e de suas manifestações culturais, mantidas em algum suporte material. Este pensamento aproxima o entendimento de patrimônio documental do estabelecido para o patrimônio histórico, por ser a representação da memória e da identidade dos povos, enquanto que neste segundo, o bem patrimonial não tem apenas a função de lembrança ou exposição, mas de fonte de pesquisa histórica.

Heloisa Bellotto (2000) considera os patrimônios documentais de um modo menos abrangente e composto por documentos de arquivo relacionados à *archivalia*, ou seja, aqueles documentos pertencentes ao arquivo permanente. A autora nos apresenta a ideia de que, para ingressar junto aos patrimônios documentais, o documento deve ter encerrado sua fase ativa e passado pelo crivo da tabela de temporalidade documental, que justificará sua condição enquanto testemunho de relevância para a história, a cultura, as artes e ciências, ou qualquer outra área social ao qual se insere o documento. Este conceito apresentado se assemelha ao entendimento geral que a Arquivologia tem sobre o arquivo permanente, o que nos leva a pensar que todo documento permanente é também um bem patrimonial histórico.

Ambas as autoras trabalham com o objetivo de delimitar o domínio dos patrimônios documentais a fim de estruturar seu entendimento. Apesar da divergência de proporções por elas propostas, é possível notarmos que o objetivo principal dos patrimônios documentais é, a partir da sua condição de registro de informação, agir junto à sociedade de forma a contribuir com pesquisas históricas. Enquanto fonte de informação histórica, os documentos mostram seu potencial enquanto representantes de memória e identidade coletivas daqueles grupos produtores, ou ainda mais, servem como subsídio para a construção destas.

Apesar desta consideração, a realidade pode não ser tão interessante. Camargo (1999), em sua tese de doutorado, elabora um estudo sobre o lugar dos arquivos junto aos demais patrimônios ao longo da história, através das legislações e de ações dos órgãos de preservação. O estudo identifica que os documentos, em especial os de arquivo, são tratados à margem das ações preservacionistas, apesar deste potencial já amplamente conhecido dos arquivos, sendo as demais categorias de patrimônio mais beneficiadas por tais ações.

Dentro desta visão de certa marginalização dos arquivos, a UNESCO² cria em 1992 o Programa Memória do Mundo (MOW), dedicado exclusivamente a agir em favor da preservação de peças e conjuntos documentais arquivísticos e bibliográficos que sejam responsáveis por registrar informações e elementos que contribuam para a preservação da memória coletiva, da identidade e da cultura dos povos. Atuando em três níveis³, o MOW tem como formas de atuação o desenvolvimento de estudos que visem a preservação de acervos documentais, a divulgação destas pesquisas, conscientização dos valores destes bens para a memória da humanidade e, como tarefa mais visível, a identificação de peças e conjuntos para comporem o Registro Memória do Mundo, que funciona aos mesmos moldes da Lista dos Patrimônios da Humanidade (EDMONDSON, 2002).

O Brasil integra este programa desde 2004, com a criação de seu Comitê Nacional, e realiza nomeações desde 2007. Deste ano até 2010, foram realizados quatro processos de seleção e nomeação, e resultou na nomeação de 38 conjuntos documentais, agora entendidos como patrimônios documentais do Brasil⁴. Deste total de nomeações, 12 correspondem a conjuntos documentais de pessoas físicas, os arquivos pessoais.

3. Arquivos Pessoais

Esta qualidade de arquivos é originada no acúmulo de documentos por pessoas físicas ao longo de suas atividades profissionais, pessoais, sociais e qualquer outra que lhe caiba. A ação de produzir documentos é inerente ao ser social e todos produzem documentos para cumprir com as exigências de uma sociedade burocratizada. Artières (1998) entende que a condição do sujeito social enquanto produtor de documentos é regra dentro das estruturas sociais contemporâneas, sendo anormal aquele que não produz e acumula seus arquivos.

Os documentos pessoais são bons meios para se compreender a trajetória de vida do indivíduo titular, pois, conforme desenvolve suas atividades, gera registros documentais e arquiviza; o resultado final é o caminho percorrido pelo sujeito, suas memórias e identidades registradas em um conjunto de documentos variados, sem padrões pré-estabelecidos. Além de preservar estes elementos do indivíduo, uma análise sofisticada sobre estes documentos, enquanto fontes, permite visualizar formas e situações do coletivo da época a que o titular pertence.

² United Nation for Education, Science and Culture Organization.

³ Mundial, através do Comitê Consultivo Internacional, responsável por eleger os acervos que serão patrimônio mundial; o Regional, através dos Comitês Regionais, delega os conjuntos de ordem de interesse para o conjunto de países (o Brasil integra a região da América Latina e Caribe – MOW-LAC); e o Nacional, através dos Comitês Nacionais, que elegem os conjuntos de interesse para o país.

⁴ Esta pesquisa cobre os editais de seleção dos anos 2007, 2008, 2009 e 2010.

Camargo e Goulart (2007) nos apresentam considerações que seguem este pensamento, dizendo que os arquivos pessoais são potenciais representantes de uma época, dada sua necessária relação com o contexto em que o titular se insere. O sujeito social é parte de uma rede de relacionamentos, formadora das estruturas sociais; ao se registrar o sujeito, registra-se também o seu redor.

Duarte e Farias (2005) confirmam essa situação dizendo que a relação existente entre os indivíduos e a sociedade é representada nos documentos, e que isso evidencia que o caráter “monumental/histórico” do arquivo não é descoberto pelo arquivista que o organiza, mas que lhe é intrínseco e se forma no momento em que os registros são produzidos. O entendimento do indivíduo enquanto ser histórico contribui para esse entendimento, ao ponto que nos apresenta a posição do sujeito enquanto agente direto na estrutura social e cultural, interferindo nela, enquanto, simultaneamente, ele sofre influências desta mesma sociedade, incorporando características e elementos que a identificam.

No que se refere aos pensamentos da memória, essa condição dos arquivos pessoais apresentada se aproxima do que é sustentado por Maurice Halbwachs (1990) quando se refere à relação existente entre a memória coletiva e a memória individual. Para o autor, a memória individual, que corresponde às lembranças de cada pessoa, está diretamente relacionada e baseada na memória coletiva, quer dizer, o sujeito se lembra apenas enquanto integrante de um grupo social e pelo contato com as memórias desse coletivo.

4. Análise dos dados e considerações finais

No MOW, os 12 conjuntos documentais pessoais eleitos são: Arquivo Getúlio Vargas, Arquivo Guimarães Rosa, Arquivo Oswaldo Cruz e Arquivo Machado de Assis, nominados em 2007; Fundo Carlos Chagas, Arquivo Oscar Niemeyer e Arquivo Joaquim Nabuco, nominados em 2008; Manuscritos musicais de Carlos Gomes, Fundo Florestan Fernandes e Acervo Jesco Von Puttkamer, nominados em 2008; Diários de viagens de Dom Pedro II pelo Brasil e pelo mundo e Arquivo Tamandaré, nominados em 2010.

Todos estes nomes, além de serem personalidades conhecidas da cultura geral do país, por conta das atividades que desenvolveram em sua trajetória pessoal e profissional, são entendidos como representantes de campos específicos de atuação social e de conhecimento, como a medicina, a política, música, arquitetura, ciências humanas e forças armadas.

A relação que se construiu socialmente entre estes indivíduos e suas áreas de atuação é fortemente estruturada, um elo que não nos permite imaginá-los desvinculados. É como falarmos de literatura brasileira sem citar Machado de Assis, histórica política do Brasil sem

Dom Pedro II e Getúlio Vargas, arquitetura sem Oscar Niemeyer. Para muitos, tal situação é inconcebível.

Do mesmo modo, para a construção da memória e da identidade brasileiras é essencial o uso e incorporação destas áreas como elementos de sustentação, que servirão também para o conceito de nação brasileira e o nacionalismo. Estes não são os únicos, mas são relevantes elementos na atividade de afirmação identitária nacional, capazes de destacá-la frente à alteridade cultural e política global.

Os documentos dos conjuntos elencados são o registro das atividades dos titulares, vinculados ao seu respectivo campo de atuação, além dos dados pessoais e particulares. A preservação do acervo documental do sujeito é uma forma de delinear sua imagem e mantê-la viva no imaginário social, a partir da marca que deixou em seu campo. Sua marca aparecerá, obrigatoriamente, quando seu campo for solicitado à apresentação da identidade nacional. Os patrimônios tem também esta função.

Quando pensamos, então, que um conjunto documental de uma pessoa física é tombado por conta de seu conteúdo informacional, deve-se observar também que o nome titular que lhe já vem imbuído de uma carga simbólica socialmente investida. Sua importância junto à concepção do nacional está, talvez, mais no nome do produtor, do que se próprio conteúdo informacional, sem desconsiderar, absolutamente, a importância dos documentos para manutenção do nome, enquanto fonte de pesquisa com valor probatório sobre as atividades desenvolvidas.

Nesse sentido, um arquivo pessoal é guindado à qualidade de patrimônio por uma ação conjunta do seu conteúdo informacional intrínseco, enquanto registro e fonte de informação histórica, jurídica ou probatória, aliado à imagem socialmente construída do titular do acervo. Juntos, estes dois fatores podem fornecer ao conjunto o potencial patrimonial.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 09-34.
- BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Revista Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27. p. 151-166, jan./jun. 2000.
- CAMARGO, Ana Maria de; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: IFHC, 2007.
- CAMARGO, Célia Reis. **A Margem do Patrimônio Cultural**. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). Assis, UNESP, 1999. Tese de Doutorado em História.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001

DUARTE, Zeny, FARIAS, Lúcio. **O espólio incomensurável de Godofredo Filho**: resgate da memória e estudo arquivístico. Salvador: ICI, 2005.

EDMONDSON, Ray. **Memória do Mundo**: Diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <
<http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/comunicacioninformacion/mdm.pdf>> Acesso em: 13 Fevereiro 2011

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC – IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC – IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric J.. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LAGE, Maria Otília Pereira. **Abordar o Patrimônio Documental**: Territórios, Práticas e Desafios. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS 4)